

ATA DO 102º CONREP – CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FAACO

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi realizado o 102º CONREP, via online, a partir da cidade de Bauru, sede da FAACO. Dando início ao evento no dia doze, a secretária Denise Andrade, considerando a particularidade do Congresso, recepcionou e orientou os participantes (presidentes e delegados) sobre o tempo de utilização e forma de inscrição para manifestação, durante a realização do Congresso. Logo após, passou a palavra ao presidente José Aparecido de Souza, que saudando e dando boas-vindas ao plenário disse que esperava que o CONREP se desse num ambiente harmonioso e que no final pudéssemos atender as expectativas de todos assistidos e das (os) pensionistas. Com isso foi declarada aberta mais uma reunião do Conselho de Representantes, a de nº 102, que contou a presença dos seguintes membros da Diretoria: José Aparecido de Souza – Presidente, Paulo Arlindo Magalhães – Vice-Presidente, Laerte Alves Setúbal – Diretor Administrativo, Diretor de Finanças – Luiz Antônio Sanches, Ronaldo Cidade Matos – Diretor de Assuntos Jurídicos, Pedro Alcântara Rodrigues – Diretor de Saúde, Vera Regina Ferreira Dias – Diretora social e Comunicação e Oscar Nunes da Silva – Diretor de Previdência. E, em seguida o presidente passou à palavra ao Diretor Administrativo, para leitura da ata de convocação e, que antes da leitura, frisou que de acordo com o art. 24º do estatuto, a Mesa Diretora da reunião estava sendo composto pelo presidente – José Aparecido de Souza, o Vice-Presidente – Paulo Arlindo Magalhães e pelo Diretor Administrativo – Laerte Alves Setubal. Composta a mesa, foi feita a leitura do Edital da 102ª reunião ordinária do CONGRESSO DE REPRESENTANTES DA FAACO, com os seguintes dados, conforme disposto no art. 17º, parágrafo 2º do Estatuto Social, local, data, horário e pauta:

Local: Virtual, através da plataforma meet

Data: 12 de dezembro de 2024 – Das 17:00 às 21:00 horas

Horário: 17:00h – primeira convocação com 2/3 dos membros;

17:30h – com qualquer número de participantes;

21:00h – encerramento.

PAUTA: a) Apreciar e aprovar a proposta orçamentária para o próximo exercício;

b) Assuntos gerais.

Após a leitura do edital, o presidente comentou que a reunião estava sendo gravada e que ficaria à disposição das associações interessadas e, em seguida passou a palavra ao Diretor de Finanças – Luiz Antônio Sanches, para apresentar a previsão orçamentária para o exercício de 2025, numa exposição com duração de 1h20min, momento em que foi solicitado o apoio da Secretaria e informado que após a apresentação seria aberto espaço para perguntas e para esclarecimentos das eventuais dúvidas. Na sua apresentação o Diretor Financeiro, disse que, para elaboração do orçamento, considerou os resultados disponíveis de novembro de 2023 à outubro de 2024 e, assim pode aplicar como estimativa a variação do índice inflacionário oficial de 4,76%. E, por isso o orçamento anual, com alguns ajustes ficou com a seguinte previsibilidade:

ORÇAMENTO ANUAL DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO DE 2025

	RECEITAS	
CONTAS	REALIZADO EM 2024 – R\$	PREVISÃO PARA 2025 – R\$
Mensalidades das Associações	55.693,26	58.344,26
Escritório de Advocacia/Ações	6.896,00	7.224,25
Rentabilidade de Aplicações financeiras	58.251,53	61.023,95
Outras Receitas	1.372,00	1.437,31
Convênio COBAP	59.571,53	62.407,13
TOTAIS	181.783,98	190.436,90

DESPESAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	REALIZADO EM 2024	PREVISÃO PARA 2025
Combustíveis	5.806,01	6.082,38
Propaganda e publicidade	2.366,60	2.479,25
Serviços de taxi/uber	2.131,56	2.233,02
Taxas diversas	600,76	629,36
Copias	1.500,00	1.571,40
Homenagens e recepções	390,00	408,56
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		0,00
IRRF sobre aplicação financeira	14.063,99	14.733,44
UTILIDADES E SERVIÇOS		0,00
Telefone	55,00	57,62
Material de escritório	1.461,53	1.531,10
Serviços Postais	711,3	745,16
SERVIÇOS DE TERCEIROS		0,00
Serviços de terceiros - pessoa física	4.653,00	4.874,48
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.846,25	5.076,93
Honorários contabeis	9.232,62	9.672,09
Manutenção site da FAACO	7.362,03	7.712,46
CURSOS, EVENTOS E PROMOÇÕES		0,00
Diárias	12.215,00	12.796,43
Hospedagens, viagens e estadias	28.823,83	20.000,00
Transporte (aéreo e terrestre)	30.554,07	18.000,00
CONREP/ENAC/congressos/Eventos	135.070,75	78.126,22
DESPESAS FINANCEIRAS		0,00
Encargos e multas	100,00	104,76
Despesas bancárias	2.345,40	2.457,04
Despesas judiciais	1.093,16	1.145,19
TOTAIS	265.382,86	190.436,90

OBS.: Correção de 4,76% valor do IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

Disse, ainda que adequou a receita à despesa de eventos de 2024 e o previsto para 2025, com redução para se aproximar da previsão orçamentária. Como sua exposição foi técnica, logo em seguida abriu para debates, o primeiro a se manifestar foi o José Olibério - AAC, a sua manifestação foi de que foi apresentada uma planilha orçamentária sem um planejamento estratégico (o que fazer, como fazer, quando fazer) e essa era a sua dúvida, que foi respondida pelo presidente, considerando que

essa questão não tinha conexão com a matéria em discussão e, em sua intervenção o presidente disse que fora enviada por e-mail, antes da divulgação do Edital de Convocação, como forma de melhoria do congresso solicitação de pedidos de sugestões de pauta para deliberação, sendo que nenhuma filiada se manifestou e como é de conhecimento de todos ao longo de sua história a federação nunca apresentou plano estratégico. A pergunta é pertinente, mas as associações não colaboraram e talvez possamos inovar nos próximos anos, com a criação de uma comissão para elaboração do plano E, na sequência, o José Olibério, solicitou que constasse em ata para não julgarmos o passado e focar o futuro. Em seguida o presidente alertou que as associações que estão em débito, de acordo com o estatuto não poderão votar. E, em seguida o Celio – Aposencap, disse que acompanhava o José Olibério, falou também em planejamento estratégico e as possibilidades, por ser um ano político, de uma atuação política consistente sobre as nossas pautas (1712, Postalis e Postal Saúde), sugeriu que a federação, como forma de arrecadação fizesse uma campanha nacional de captação de novos associados. O Ademir Loureiro, presidente da ACEGO, em sua intervenção disse que a atuação das associações são políticas e, por isso não poderia ser cerceada, por falta de pagamento, no seu direito de voto, porque a federação não é um banco, por isso registrou o seu protesto, dizendo que tem associação que não tem um centavo de arrecadação, por isso o sua manifestação em defesa de uma atuação política das associações. O presidente respondendo disse que está apenas cumprindo o estatuto, caso quisessem alterar o estatuto ele pessoalmente não teria nada contra. Em seguida o Nélcio Libâneo de Andrade – Presidente do Conselho Fiscal, listou o item IX do artigo 18 do Estatuto Social, e falou do seu inconformismo pelo pouco espaço de tempo para analisar os documentos financeiros e suas consequências para bom andamento dos trabalhos e, sem a mediação da Secretária passou a palavra para o Milton Lucas, suplente do Conselho Fiscal, que fez algumas considerações sobre a previsão orçamentária e sugeriu alguns ajustes. O Diretor Financeiro, entrevistou e fez algumas considerações sobre as dúvidas levantadas e nessa discussão alguns ajustes foram feitos. Na sequência o José Olibério, sugeriu o que o assunto fosse tratado separadamente. O

Diretor Financeiro justificou ao Nélio porque a demora no envio dos documentos ao Conselho Fiscal. Em seguida o Waldir Alberto de Souza, comentou a operacionalização do repasse feito pela COBAP. O Ademir Loureiro - ACEGO, pediu para separar os percentuais da COBAP e, que já foi respondido pelo Diretor Financeiro que seria feito. E o Oscar Nunes da Silva, Coordenador do Projeto 1712, falou sobre a necessidade do planejamento estratégico da federação e também das associações para 2025, prevendo orçamento para as despesas com o projeto 1712 nos deslocamentos dos representantes dos estados para Brasília. O Diretor Financeiro perguntou para o Oscar qual a sua previsão orçamentária para a operacionalização do projeto e, em resposta o Oscar falou que iria providenciar e que também gostaria de saber se as associações também estão empenhadas com previsão estratégica para participarem desses eventos. O Célio Milhomem – APOSENCAP, disse que já se manifestou sobre o planejamento estratégico para 2025, para trabalhar o projeto 1712, audiências públicas, Banco BNY MELLON e outras, disse ainda, que em Brasília tem o alojamento da FENTECT que poderia ser utilizado para redução de custos. Repetiu que deveria ser feita campanha de captação de novos sócios, considerando o novo modelo de inscrição da COBAP. Cobrou do presidente da FAACO, quando disse que por sugestão do Conselho Fiscal ao presidente da FAACO, o CONREP foi realizado via online. O Presidente da FAACO, pediu desculpas sobre a omissão da conversa que teve com o Célio que resultou no CONREP VIRTUAL, como uma solução pra redução de custos e, ainda comentou que propôs o horário a partir das 17:00h, para permitir que os colegas como o Célio que estão na ativa pudessem participar do CONREP. Além disso, frisou, que foi um ano difícil porque a federação teve uns gastos adicionais extras de R\$ 41.000,00 para ressarcir os colegas que pagaram para participar o ENAC em 2019, que não foi realizado, por conta da pandemia – 19, por isso, como forma de redução de custos, o modelo de ressarcimento sugerido e aprovado foi mais adequado. O Célio entrevistou para informar que deveria ocorrer novos gastos com a audiência pública sobre o Banco BNY Mellon que estava sendo agendado pelo Senador Paim e que contava com o apoio da FENTECT. E, sugeriu novas reuniões somente com os presidentes das associações. Com a palavra o José Olibério, insistiu sobre o

planejamento estratégico, e sugeriu que a Diretoria apresentasse o seu planejamento em até 30 (trinta) dias, com uma reunião virtual no início do mês de fevereiro para aprovar o planejamento, comentou que foi ele quem elaborou o estatuto e que previu uma reunião dos presidentes a cada 30 (trinta) dias e, que o presidente da AAC – Mozart comentou que isso era o óbvio e, que nem precisava constar do estatuto. E, por isso insistiu que a Diretoria marcasse uma reunião virtual com os presidentes de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias. Manuel Neto - Paraíba, entrou na reunião justificando o atraso e deu boa noite. O Aparecido falou que a proposta de um planejamento em 30 (trinta) dias não é possível de ser feito e, quando é pedido contribuições das associações não há participação, porque é um trabalho voluntário (portanto sem ônus para federação) e, os presidentes possuem outras ocupações. José Olibério, interview, mostrando-se novamente à disposição e disse que está alinhada com as associações como do Norte/nordeste e centro oeste aliadas, do processo de administração da FAACO e, que possui 05 (cinco) associações que formam a diretoria e, por isso desejou sucesso e boa sorte. Na sequência disse que como forma de contribuição iria apresentar em nome do seu grupo, um documento no CONREP. Ainda externou o seu modo pessoal de administração que deveria ser mais próximo dos presidentes e, reiterou o pedido de apresentação do planejamento estratégico em 30, 60 e 90 dias. O presidente José Aparecido, comentou as dificuldades que tem com algumas filiadas que liga para os presidentes não atendem e não retornam as ligações. O José Olibério, interview dizendo que colocaria uma minuta do Planejamento Estratégico da AAC -Brasília, à disposição da federação. O Jaime Aranha – AAMACO/MA, opinou sobre o seu entendimento para aprovação da previsão orçamentário e, que não concorda com a sua forma de apresentação que deveria ser apresentado com parecer o Conselho Fiscal, o presidente explicou como funciona o encaminhamento dessa proposta que é uma prerrogativa da Diretoria Executiva, sem o parecer. Finalizadas as discussões a secretaria encaminhou a votação da previsão orçamentária que foi aprovada por 22, o José Olibério – Presidente Institucional da ACC – BRASÍLIA/DF, manifestou seu voto favorável à aprovação do orçamento para 2025, com a ressalva de que a Diretoria da federação apresente ao

colegiado seu planejamento estratégico em 01(um), 05 (cinco) ou 10 (dez) meses. A secretária informou que seria uma aprovação ressalvas. A proposta foi aprovada com 22 (vinte e dois votos). O presidente da ACEGO – Ademir Loureiro, se absteve com declaração de voto, entende que a proposta deveria passar primeiro pelo Conselho Fiscal, para conhecer e um parecer. Com 22 (vinte e dois votos) foi aprovada a proposta orçamentária – 2025 e, o Diretor Financeiro agradeceu aos delegados pela compreensão e aprovação e solicitou, para que facilitar os trabalhos dos lançamentos e de controles financeiros que as associações enviem mensalmente o formulário, corretamente preenchidos. O presidente da federação José Aparecido, dando por encerrado o CONREP, se comprometeu a enviar a minuta da ata para algumas associações (5), para conhecerem e corrigirem as eventuais omissões ou inconsistências identificadas na ata. E, comentou sobre o 2º item da pauta do Congresso que consistia na palestra sobre A MIGRAÇÃO DO PLANO PBD PARA O PLANO CD “PURO”, com o atuário Bruno Sardinha. O presidente comentou ainda, que para subsidiar a apresentação do palestrante, solicitou o fornecimento de documentos sobre o novo CD ao Postalís, que já foram analisados pelo Conselho Deliberativo, mas não foi atendido e, assim, conseguindo de outra forma, passou esses documentos ao atuário e, feito esses esclarecimentos passou a palavra ao Diretor Administrativo para fazer a apresentação do palestrante. Feita a leitura do currículo e a apresentação o Bruno, agradeceu o convite e previu a apresentação com 40 min de duração e, depois no final abriria para perguntas. A sua apresentação, para facilitar o entendimento de todos, foi sistematizada da seguinte forma: RESUMO DO PLANO, PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E RISCOS DO PLANO PBD, PRINCIPAIS BENEFÍCIOS E RISCOS DO PLANO CD “PURO”, TRIBUTAÇÃO, PROCESSOS JUDICIAIS: COMO SERÃO TRATADOS PÓS-MIGRAÇÃO E PERGUNTAS FREQUENTES, ao final da palestra esse material seria disponibilizado aos interessados. E, assim seguem alguns dados destacados pelo palestrante: o PBD tem, 40.922, participantes ativos, aposentados 30.307 e 7.321 pensionistas, uma massa de 78.000 pessoas. A folha de pagamento de 2023 foi R\$ **1.149.824.651,28**. No balanço patrimonial focou nos benefícios concedidos R\$ 13.074.203,00 e nos benefícios a conceder R\$ 3.249.743,00,

deveríamos ter em caixa R\$ 16 bilhões, mas temos e caixa 3 bilhões, caracterizando um déficit de 13 bilhões. Com o equacionamento os participantes e assistidos vão pagar 5,4 bilhões e as patrocinadoras R\$ 7,8 bilhões, pagam mais porque 2,4 bi vão pagar em 30 anos e refere-se as perdas imediatas dos participantes e assistidos. Principais benefícios e Riscos do Plano PBD: benefício vitalício risco de déficit decorrente de sobrevivência (acima da hipótese) é compartilhado com o patrocinador (50%50), risco de déficit decorrente de rentabilidade abaixo do esperado é compartilhado, Pensão por morte, é 50% vitalício e equivale a 50% do benefício que o aposentado vinha recebendo, ele alertou que o plano PBD, possui R\$ 3,2 bilhões em caixa (investidos) para uma folha de R\$ 1,1 bilhão, por isso é crucial que os pagamentos dos custeios normais e extraordinários não sejam interrompidos, sob pena do plano durar no máximo 3 anos. Citou o exemplo da Petros que os participantes e assistidos entraram na justiça pra não pagar a cobrança extraordinária e depois de 2 anos a justiça obrigou que todos pagassem e, no Postalís se deixar de pagar quebra. A Eletros também deixaram de pagar e a decisão de pois de 4 anos obrigou o pagamento do equacionamento. Principais benefícios e riscos do plano CD “Puro”: benefício da aposentadoria, pensão por morte, benefício integral no falecimento do participante, mas não é vitalício, será pago enquanto houver saldo, possibilidade de receber 10% da reserva matemática individual de migração em pagamento único e possibilidade de alteração do regime de tributação (De: Progressivo Para: Regressivo), com exemplos que foi apresentado em slide. Processos Judiciais, previstos no regulamento do novo “CD Puro” (art. 22), os recursos oriundos de recuperação de investimentos do Plano de origem, observado o disposto no termo de migração. Processos Judiciais, como serão tratados pós-migração: relativamente o RTSA, identificamos que essa eventual recuperação é mencionada no item 09 do documento 17, qual seja: “Parecer GJU – Analise possibilidade de transferência de ativos do PBD para o Plano CD”, conforme segue: “09. Ademais, apontou que conforme esclarecimentos complementares da consultante, os ativos financeiros futuros mencionados no Termo de Migração e na minuta do Regulamento do Plano de Contribuição Definida se restringem à expectativa de êxito em ações judiciais em curso, em face do Banco BNY MELLON e, de ação sobre

o RTSA, contra o patrocinador. Com isso teceu considerações do ponto de vista contábil”. E ainda sobre o RTSA, ressaltou o documento enviado pela FAACO, em 07/07/2021 ao Postalís questionando porque não estava sendo considerado o valor da RTSA, como redutor no custeio do equacionamento do plano. A resposta que o assunto está sendo discutida na esfera judicial. E, finalizando o atuário, apresentou um slide com as perguntas mais frequentes: **quando será iniciada a migração?** Conforme Termo de Migração, após a migração ser autorizada pela PREVIC, o Postalís possuirá até 120 dias para divulgar essa autorização. **Quanto tempo eu tenho para escolher se quero migrar ou não?** O prazo de opção será de 60 dias corridos a partir da divulgação, podendo ser prorrogado por mais 60 dias se aprovado pelo Conselho de Administração. **Qual o valor estimado do meu benefício no novo plano (CD-PURO)?** Dependerá do valor da sua Reserva Matemática Individual de Migração (RMI) e do tipo de benefício escolhido pelo aposentado. **Qual o valor da minha RMI?** Conforme o Termo de Migração, após a migração ser autorizada pela PREVIC, o Postalís possuirá até 120 dias para divulgar esse valor e, na sequência o aposentado possuirá 60 dias corridos (renováveis por mais 60), para optar pela migração (ou não). **A RMI corresponde ao valor da minha reserva matemática do Plano PBD?** Não. A RMI corresponderá ao valor da sua reserva matemática no Plano PBD líquida de todos os déficits de sua responsabilidade. **E os Correios? Eles também não têm que pagar o déficit?** Sim. A RMI considera que os correios irão realizar o pagamento da parte que lhes cabe. **E se os Correios não pagar? O dinheiro do plano novo “CD” pode acabar?** Sim. Se os correios não honrarem com os seus compromissos, o novo plano poderá ficar insolvente de fato, No entanto, considero o risco de insolvência do plano “CD Puro”, muito menor que o referido risco no plano PBD e, respondeu ainda “se você Bruno fosse um aposentado do plano PBD, você migraria para um plano CD – PURO? Ele respondeu que depende de vários fatores, como: idade, composição familiar, expectativa de vida e se depende exclusivamente do PBD e, ao encerrar sua apresentação comentou que a escolha é individual e não será fácil deixando, por isso deixou para reflexão um pensamento do poeta Pablo Neruda: “*Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências*”. Dizendo que todas as informações de sua palestra são oficiais e que poderiam ser

disponibilizadas aos interessados. Logo em seguida, abriu para perguntas, que iniciou com o presidente da FAACO, apresentou dúvidas sobre a RMI logo em seguida o Milton Lucas fez seu questionamento sobre o impacto financeiro na demora na implantação do equacionamento e o êxito das ações são integralizadas no plano e para a patrocinadora (50%50). O presidente questionou a situação de entidade que recolhe o equacionamento em juízo, o atuário informou que nesse caso se o juiz entender que é devido, recolhe para o instituto. Se a decisão for favorável aos participantes o juiz determina a sua devolução. Na sequência, o presidente perguntou se o valor recolhido pelo participante é considerado na RMI dele? Entende que o participante deve abrir mão da ação. O José Olibério entrevistou elogiando a apresentação técnica do Bruno e deu informações sobre o encaminhamento do pedido de equacionamento em 2019 e, hoje com os dados atualizados o déficit do plano está na ordem de 18 bilhões. Na exposição foi citada a possibilidade do Postalís implantar um seguro sobrevida e o atuário, por sua experiência constatou que é muito caro, a seguradora tem fins lucrativos, por isso os participantes não vão ter interesse. A presidente da Aract – Ana Paranhos, entrevistou dizendo que fez uma simulação da sua situação com base nas informações do Postalís e, o resultado para uma possível migração é desanimador. E, na sequência se discutiu sobre a possibilidade do Postalís não atingir um mínimo necessário de migração e, vários exemplos foram colocados com possíveis interessados. Após essas discussões, o presidente José Aparecido informou que o Bruno apresentou orçamento para uma possível live ampliada para as associações que tivessem interesse, ao custo de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais). A Ana Paranhos gostou de toda a apresentação, mas sugeriu ao Bruno que acrescentasse em suas palestras exemplos práticos, por faixas salariais, onde o participante poderia se enxergar onde ele poderia estar naquele momento, por isso sugeriu que o Bruno poderia apresentar esses exemplos, a partir de R\$ 2.000,00, com mais dois ou três exemplos. Sugestão que foi acatada e a Ana Paranhos, ficou de enviar um modelo dessa proposta. O Bruno comentou que o cálculo da reserva matemática, com a retirada dos benefícios, ficou relativamente simples e colocou um modelo de cálculo à disposição do presidente da federação. O José Olibério, entrevistou sugerindo a contratação do atuário para apresentação

desse trabalho no próximo ENAC no Rio de Janeiro. O presidente entendeu pertinente e poderá incluir essa apresentação no próximo evento da federação. Em seguida o presidente colocou a palavra à disposição dos participantes da reunião do Conselho e, não havendo mais perguntas agradeceu a presença do atuário Bruno Sardinha, comentando que o material disponibilizado ao atuário para a palestra tinha mais de quinhentas páginas e foram obtidas junto aos Conselheiros. Ao agradecer o convite para participar deste CONREP, o Bruno comentou que no parecer feito em 2021 sobre o equacionamento do PBD, para a federação, havia colocado exemplos práticos de cálculos por faixa salarial e, que no momento fazer esse trabalho e apresentar gera uma falsa expectativa, pois os valores identificados hoje, com as alterações das variáveis, com certeza não serão os mesmos amanhã. De qualquer forma ele pode colocar à disposição dos nossos filiados a planilha de cálculo da reserva matemática. E, se despedindo se colocou à disposição da federação para dirimir eventuais dúvidas e apresentações futuras. Finalizando o presidente, disse que o atuário vai entregar esses documentos devidamente assinados, para uso se necessário como documento oficial e, em seguida comentou, em assuntos gerais a reunião que teve com os presidentes dos Correios e do Postalís, sobre a incidência de 75% no abono anual, que gerava também para os Correios um custo adicional na relação de paridade e, na exposição feita pelo Postalís, nesse momento seria tecnicamente inviável, por envolver outros órgãos externos. Esse assunto poderia ser revisto em 2025, por isso o presidente da FAACO, pediu o apoio do José Olibério, como representante do Conselho Fiscal e outros Conselheiros para que esse assunto não fosse esquecido. Lembrou que temos dificuldades em avançar nas negociações com o instituto porque os assuntos são levantados e encaminhados e depende sempre da patrocinadora e os participantes assistidos ficam à mercê desse vai-e-vem, sem interlocução direta: participantes assistidos, instituto e patrocinadora. Por isso criticou a decisão do desconto de 75% do abono anual, sem ouvir as pessoas, foi meramente burocrática, sem discutir uma outra fórmula. Lembrou da reunião provocada pela FAACO, na PREVIC, no anterior, quando sugeriu que na redação sobre o desconto do índice a ser aplicado no abono, ao invés de ser 75%, que fosse de até 75%, como forma aplicar outros índices menores, caso houvesse recuperação judicial

de ativos. Com a apresentação de exemplos perniciosos para os participantes e o interesse dos membros da PREVIC, podemos, mobilizados, alterarmos esse índice em 2025. Em seguida o presidente perguntou se sugestões seriam bem-vindas. O presidente da ANACAP – Celio Milhomem, pediu a palavra dizendo que tinha um documento a ser apresentado e, assim passou a palavra ao companheiro Alves para que apresentasse um documento que representava, após discussões, os sentimentos e as expectativas do seu grupo. O presidente entrevistou, lembrando que foi amplamente divulgado que as associações que tivessem assuntos para discutir no CONREP, que encaminhassem o assunto para inclusão na pauta, o que não correu, portanto, essa atitude desse grupo é considerada deselegante, mas abriu a palavra ao José Alves que leu o seu manifesto, que por ser intempestivo com acusações infundadas e descabidas ao presidente e sua diretoria, sem direito ao contraditório, fica sem registro no presente documento. Após a leitura, diante do avançado horário, o presidente encerrou o 102º Congresso de Representantes, realizado virtualmente. Sem mais a relatar, eu, Laerte Alves Setúbal, Diretor Administrativo da FAACO e Secretário da Mesa Diretiva, encerro a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente da FAACO. Laerte Alves Setúbal Diretor Administrativo da FAACO José Aparecido de Souza Presidente da FAACO.

LAERTE ALVES SETUBAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSÉ APARECIDO DE SOUZA
PRESIDENTE DA FAACO